

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

### ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Aos dezassete dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, pelas nove horas, no Auditório Dr. Manuel Faria, na Casa da Cultura Mestre José Rodrigues, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Alfândega da Fé, convocada nos termos da alínea b) do n.º1 do artigo 30.º do Anexo I da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, presidida pelo Deputado Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda, tendo como primeiro e segundo secretários, Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paço e Domitila de Fátima Morais Branco, respetivamente. -----

----- Após declarada aberta a sessão o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal começou por informar que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilarchão se encontrava ausente, fazendo-se representar pelo seu substituto legal, Senhor Paulo Jorge Pereira, em conformidade com o estabelecido no n.º 1, alínea c) do artigo 18º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- De seguida, procedeu-se à chamada dos senhores deputados municipais, verificando-se a ausência da Senhora Deputada, Iolanda Barros. -----

----- Verificada a existência de Quórum na Assembleia Municipal procedeu-se à continuidade dos trabalhos. -----

#### CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento de toda a correspondência recebida desde a última sessão, colocando-a ao dispor dos interessados para consulta. -----

----- De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou os Senhores Deputados que estavam presentes as atas das segunda e terceira sessões ordinárias, realizadas nos dias vinte e cinco de abril e vinte e cinco de junho de dois mil e dezasseis para serem submetidas a aprovação. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou as referidas atas à votação, tendo sido deliberado o seguinte: -----

----- 1. Aprovar, por **maioria**, dos vinte e quatro Deputados presentes, a ata da segunda sessão ordinária, com vinte e dois votos a favor, zero votos contra e duas abstenções, dos senhores Deputados Mário Telmo Lopes Legoinha e Paulo Jorge Pereira, por não terem estado presentes na referida sessão; -----

----- 2. Aprovar, por **maioria**, dos vinte e quatro Deputados presentes, a ata da terceira sessão ordinária, com vinte e três votos a favor, zero votos contra e uma abstenção do Senhor Deputado Paulo Jorge Pereira, por não ter estado presente na referida sessão. -----

----- Não participaram na votação desta ata os deputados Maria Manuel Rocha Cunha Silva e José Joaquim Martins, por não estarem presentes. -----

#### PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal usou da palavra começando por dizer que, como é do conhecimento de todos, faleceu recentemente, o Senhor José Rodrigues, Mestre, Escultor, com origens em Alfândega da Fé, filho de Alfandeguenses, que por cá conviveu e deixou obra. Referiu que à semelhança do que vem acontecendo, quando falecem pessoas com ligação a Alfandega da Fé e que também pela sua importância e valor enquanto Alfandeguenses, a Mesa da Assembleia Municipal propõe que a Assembleia aprove um voto de pesar pelo falecimento do Mestre José Rodrigues, a ser comunicado à sua família enlutada. Continuando, disse, o Mestre José Rodrigues foi uma pessoa de vulto na cultura portuguesa, reconhecido a nível nacional e internacional, e Alfândega ficou mais pobre. Por essa razão, referiu, e por ser uma figura de vulto da Cultura, a Câmara Municipal, segundo lhe foi comunicado pela Senhora Presidente, na última reunião de Câmara, foi aprovado atribuir o nome de uma rua em Alfândega da Fé ao Mestre José Rodrigues, e o Executivo propõe a atribuição do nome a uma rua que é aquela que mais ligação teria com ele, pelo facto de ser aquela em que os pais tinham casa, que ainda existe, onde moravam. Essa rua, disse, tem hoje o nome de São João de Deus, ou João de Deus, havendo a dúvida de qual o nome correto. A Câmara tenciona alterar o nome da rua e a

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

Assembleia pronunciar-se-à sobre isso, se concorda que essa rua deixe de se chamar, S. João de Deus, ou João de Deus, para passar a ter o nome do Mestre José Rodrigues. -----

----- Relativamente à proposta de “voto de pesar”, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou a mesma à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, dos vinte e cinco membros presentes, aprovar um “Voto de Pesar” pelo falecimento do Mestre José Rodrigues, a comunicar à família enlutada. -----

----- De seguida, o Senhor Vice-Presidente da Câmara usou da palavra começando por dizer que a Câmara ainda não aprovou nada sobre esta matéria, apenas discutiu uma proposta para trazer à Assembleia Municipal para ser também discutida, para saber se se deverá avançar com a alteração do nome de uma das ruas principais da Vila, que é a rua São João de Deus. Na reunião de Câmara, disse, discutiu-se esta proposta que se considerou interessante, uma vez que aquela rua é a rua onde está situada a casa dos pais do Mestre José Rodrigues. Continuando, referiu que foi pedido um documento ao Senhor Professor Francisco José Lopes, que é um estudioso nesta matéria, para se poder entender melhor a história desta rua relativamente à toponímia, porque, efetivamente trata-se de uma das ruas mais antigas da Vila. Era a rua de saída da Vila para nascente que levava ao caminho de Zacarias e Mogadouro e era também a rua que recebia a estrada que vinha de Vila Flor, passava pela Vilariça e entrava na canelha de Vilarelhos. Disse que até 1930/1940 era designada por rua dos Olmos e só nesta data passou a ser chamada Rua São João de Deus. O Senhor Vice-Presidente disse depois que aquilo que se pretende nesta Assembleia é discutir a pertinência de alterar, ou não, o nome desta rua para a rua Mestre José Rodrigues, em virtude de estar ali localizada a casa dos pais do Mestre José Rodrigues. Disse que o Executivo tem consciência que estas mudanças trazem muitos problemas e constrangimentos aos munícipes que residem naquela rua, mas o Município está disponível a ajudar administrativamente e financeiramente os munícipes a pagar todas as despesas que tenham com a alteração da morada no Cartão de Cidadão, Carta de Condução, etc. Disse, depois, que não deve ser nada hoje decidido, apenas que o processo passe para a Comissão Municipal de Toponímia, para ser discutido com os moradores, designado um representante de cada bancada e convidar o Professor Francisco José Lopes para participarem nessa discussão, sendo que essa alteração só será concretizada se os moradores estiverem de acordo. -

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse que antes de se referir à proposta de alteração, deixa a associação da bancada do PSD/CDS-PP ao voto de pesar proposto pelo Senhor Presidente da Mesa relativamente ao falecimento do Mestre José Rodrigues. Continuando, disse, que Alfândega tem a sorte de ter um património muito rico, não feito diretamente pelo Mestre José Rodrigues, mas com o seu cunho. Como todos sabem ele foi fundador da Cooperativa Árvore e temos a sorte de ter um legado muito importante e que seria bom que o Executivo reparasse de forma direta ou indireta algumas esculturas que foram vandalizadas. No que respeita à proposta de alteração do nome da rua, disse não ver qualquer obstáculo, fazendo assim uma justa homenagem ao Mestre José Rodrigues. É de salvaguardar que ele já tem a sua homenagem também em Alfândega com a atribuição do seu nome à Casa da Cultura. Disse, depois, que o Senhor Vice-Presidente da Câmara falou numa questão que é importante, ou seja, consultar os moradores, pois isto não pode ser uma imposição mas sim uma negociação, até porque isto traz constrangimentos, sendo o primeiro deles de ordem financeira, apontando depois a disponibilidade da bancada que representa para falar com os moradores e associarem-se à validação de qualquer instrumento que retire os transtornos aos moradores. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes referiu que aquilo que iria dizer era exclusivamente a título pessoal e que estava solidário com o voto de pesar feito ao Mestre José Rodrigues, tal como está de acordo com todas as homenagens que lhe queiram ser prestadas, mas por princípio discorda da alteração do nome de uma rua, para ser desclassificada, para lhe ser dado outro nome. Para além de todas as implicações que tem para as pessoas embora se elas concordarem só lhes resta acatar aquilo que for a decisão das pessoas que habitam a rua, mas parece-lhe que se se retira um nome a uma rua para lhe dar outro não lhe parece uma boa estratégia. Assim, considera que se deve encontrar uma outra rua, que seja digna, para a atribuição do nome do Mestre José Rodrigues. -----

----- O Senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal disse que, embora não o tenha referido na intervenção que fez anteriormente, o Mestre José Rodrigues merecia o nome de uma rua nova, porque sempre que há alteração de ruas,

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

seja onde for, dando como exemplo a Praça de Velasquez, no Porto e a Praça do Areeiro, em Lisboa, às quais foi atribuído o nome de Sá Carneiro, as pessoas continuam a identifica-las com os nomes anteriores. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara interveio, dizendo que a opinião do Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes é completamente válida e assertiva no seu ponto de vista, no entanto o Executivo teve a preocupação de saber melhor o significado atual da rua, porque efetivamente poder-se-ia estar a desclassificar alguém que foi importante no Concelho de Alfândega da Fé. Mas, efetivamente, tal como já explicou, esta era a Rua dos Olmos, que passou para Rua São João de Deus, que não foi um Alfandeguense, ou que tenha feito aqui algo de importante e no país. Por isso, disse, crê que não se esteja a desclassificar nenhum Alfandeguense e considera que este processo deveria ser aqui votado, ou seja, se se deveria avançar para uma discussão mais alargada, incluindo os moradores, numa Comissão Municipal de Toponímia, porque todas as pessoas são livres de ter a sua opinião. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a proposta do Executivo é que seja votada esta pretensão e que os Senhores Deputados se manifestem, quem concorda e quem vota contra ao início do processo de alteração da toponímia da rua referida para passar a ter o nome do Mestre José Rodrigues, tendo sido deliberado, por maioria, dos vinte e cinco Deputados presentes, com vinte e dois votos a favor, uma abstenção do Senhor Deputado Paulo Pereira e dois votos contra, dos Senhores Deputados Diamantino Mário Lopes e Adriano Andrade, aprovar a proposta apresentada. -----

----- Para participar na Comissão Municipal de Toponímia para tratar deste assunto, foram indicados como representantes os Senhores Deputados Nelson Artur Castilho pela bancada do PS, que na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alfândega da Fé já faz parte da Comissão, e em representação da bancada do PSD/CDS-PP foi indicado o Senhor Deputado Jonathan Pacheco. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes referindo-se ao funcionamento da distribuição da correspondência nas freguesias, disse que embora não sabendo o que se passa nas outras freguesias, sabe o que se passa no Pombal e nos Vales, onde essa distribuição, ultimamente, tem sido feita de forma atabalhoada. Disse saber que todas as freguesias já procederam à correção das toponímias, com o nome das ruas e os números de polícia nas portas, mas o que acontece é que pelo facto de se estar perante uma população envelhecida e pouco instruída, muitas pessoas não fizeram as alterações a quem lhe dirigia a correspondência. Dessa forma, disse, tem havido muitas cartas devolvidas, resultando daí alguns transtornos para as populações, nomeadamente, no Serviço de Finanças existem várias cartas que se não forem entregues a tempo e horas haverá lugar ao pagamento de coimas e isto é grave para as pessoas. Referiu que há também mais dois aspetos a considerar, que têm a ver com o pagamento do telefone, que se não for pago é cortado, e o recebimento das parcas pensões. Perante isto, disse não poder deixar de fazer um reparo à forma como os correios estão a gerir este processo, pois em tempos, quando os carteiros eram de baixa instrução, o número de pessoas residentes nas aldeias era grande, a correspondência recebida era grande também, fruto do pessoal que estava emigrado, eles eram capazes de distribuir corretamente o correio. Hoje, disse, que são todos letrados, que são poucas pessoas que habitam nas aldeias e que é pouca a correspondência que recebem, os carteiros fazem uma confusão terrível com a distribuição do correio. Disse que já se dirigiu ao posto dos CTT em Alfândega da Fé, onde manifestou descontentamento com o que se está a passar, tendo o funcionário referido que são instruções superiores, sugerindo que essa situação fosse colocada por escrito superiormente, daí ter-lhe ocorrido a apresentação desta proposta de reparo nesta Assembleia, podendo resultar daqui uma moção ou envio de uma carta aos Órgãos Centrais dos correios para que sejam tolerantes com a distribuição do correio nas aldeias. -----

----- Seguidamente, o Senhor o Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, disse ter dois reconhecimentos a fazer, sendo um deles a normal abertura do ano escolar, pois no ano letivo atual só há três professores que não estão colocados que resulta de destacamentos por condições específicas que têm agora de ser ocupados. Assim, pelo normal funcionamento da abertura da escola há que dar aqui um voto de reconhecimento para que tudo corra bem e desejar que a Escola, que é também um dos espelhos de Alfândega da Fé, que tudo corra bem; o outro reconhecimento é dirigido a todos aqueles que nos órgãos sociais das diferentes instituições, dia a dia, trabalham para que a sociedade Alfandeguense seja

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

mais harmoniosa. Disse que este reconhecimento lhe ocorreu por causa dos Bombeiros, que têm tido um desempenho excelente, têm estado em ações no Concelho, no Distrito e até na Região Norte, têm engrandecido o nome de Alfândega da Fé, daí esta palavra de reconhecimento. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal interveio, dizendo que, depois da intervenção do Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, no que respeita a distribuição da correspondência, ocorreu-lhe a ideia, de que os Senhores Presidentes de Junta das aldeias que estão a ser prejudicadas por este recente procedimento dos correios, que agora é uma entidade privada, elaborassem um texto que fosse discutido em conjunto e que poderá ficar já agora elaborado e enviar essa comunicação à Administração dos CTT, pois considera que o que está a acontecer é uma aberração, pois no tempo em que havia mais população, a correspondência era entregue e agora que toda a gente também se conhece tal não acontece. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que faz todo o sentido que os Senhores Presidentes de Junta façam uma exposição/moção para ser enviada para a Administração dos CTT e também para o Ministério da Economia que é quem tutela os CTT, e que no que respeita à Câmara, também há preocupações relativamente a esta situação, pois há pessoas a pagar multas/coimas por atrasos no pagamento de diversos serviços, e há o problema dos idosos que recebem as suas pensões através dos CTT e que são 200 ou 300 euros que numa semana ou duas lhes fazem muita falta, pelo que considera que deve ser pedido a quem manda, que nestas regiões desertificadas/despovoadas, como é o caso, onde há pessoas envelhecidas, com pouca escolaridade e muitas não sabem ler, que efetivamente haja medidas um pouco menos intransigentes como esta que está a ser levada a cabo, no que toca a moradas completas e números de polícia. Referiu que o Executivo tem tido o cuidado de atribuir, a quem o solicita, o número de polícia porque ainda há algumas falhas nalgumas zonas. Disse, ainda, que vai ser feita uma alteração dos licenciamentos em termos de urbanismo, no sentido de quando for emitido o alvará de utilização automaticamente será fornecido o número de polícia. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, começando por dizer que a intervenção do Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes, relativamente à distribuição do correio é pertinente, até porque referiu uma outra questão que é importante, ou seja, quando havia mais pessoas a distribuição era feita de forma mais ordeira, o que não acontece. Manifestou depois concordância em que se faça um instrumento com essa preocupação. -----

----- Posteriormente, o Senhor Deputado Luís Terêncio, referindo-se ao reconhecimento feito pelo Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes a todas as pessoas que de forma involuntária e voluntária, prestam serviço de forma direta ou indireta nas várias instituições de Alfândega, disse que de facto, é preciso gostar, é preciso estar por uma causa e, no que respeita à Instituição a que o Senhor Deputado preside, teve a oportunidade de ver uma carta de agradecimento do Município de Viana do Castelo, o que é um dado importante e que leva o nome de Alfândega para outros locais. Continuando, disse que todas as instituições de Alfândega merecem todo o respeito pelo trabalho que fazem. -----

----- Referindo-se à Associação Recreativa Alfandeguense, disse que na última sessão da Assembleia falou-se na vinda de jogadores brasileiros para engrossar o plantel da Associação para fazerem a competição do futebol sénior. Continuando, disse saber que este projeto falhou, ou seja, falhou aqui aquilo que existia como o compromisso entre a ARA e o Município, porque o Município também estaria aqui a ajudar a própria Associação, e bem, apoiando o desporto, que teria também, muitos ou poucos, atletas da terra. Tendo falhado este projeto, disse, gostaria de saber qual a informação que o executivo tem em relação à falha e se o protocolo que está estabelecido com a ARA vai garantir a competição sénior só com a "prata da casa", e no que é que isto altera o protocolo celebrado com a Associação. Por outro lado, referiu, falando de uma outra instituição, disse ter conhecimento de um ofício que foi enviado para a LEQUE com um cancelamento de transferência, pelo que gostaria de saber se este cancelamento de transferência revoga o protocolo existente e o porquê deste cancelamento. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referindo-se à questão da ARA, referiu que tal como foi abordado na última sessão da Assembleia Municipal, haveria um grupo de jogadores brasileiros que poderiam vir a jogar para a ARA, através de um empresário/treinador, que recolheria atletas no Brasil e os colocaria na Europa, nomeadamente, em Portugal. Efetivamente, havia um compromisso de o empresário trazer dez ou doze jogadores para a ARA para

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

organizarem uma equipa competitiva e poder-se ter em Alfândega o futebol sénior. Continuando, disse, que apenas estiveram em Alfândega cinco jovens e destes cinco jogadores, dois apenas tinham visto turístico, ou seja, anda tinham que ir ao Brasil a resolver problemas legais para poderem regressar e jogar futebol. Como o mercado, referiu, fechava na presente semana não houve condições para inscrever esses jogadores na ARA. No que respeita às despesas, decorreram todas por conta e risco do empresário/treinador, nem a ARA nem o Município tiveram qualquer despesa com essa situação, apenas a cedência do espaço para treinarem nos dois ou três meses que estiveram em Alfândega. Continuando, disse que vai ser feita uma reunião com a ARA para preparar a próxima época e que não sabe se a ARA vai ter séniores, porque efetivamente poderá não haver “prata da casa” suficiente para fazer uma equipa. -----

----- Relativamente à LEQUE, o Senhor Vice-Presidente da Câmara disse que de facto houve um ofício enviado pela Câmara à LEQUE sobre o qual terá havido um mal-entendido. A Senhora Presidente da Câmara conseguiu arranjar uma ajuda financeira através da Segurança Social para a LEQUE, de trinta a quarenta mil euros, e o que disse aos responsáveis da LEQUE foi que, uma vez que iam ter essa ajuda financeira até ao final do ano, para aliviar um pouco as finanças da Câmara, até ao final do ano, a Câmara não iria transferir mais dinheiro, pois esses trinta ou quarenta mil euros chegariam e até suplantariam o valor que a Câmara teria a transferir. Por isso, disse, não está em causa qualquer cancelamento ou revogação do protocolo, antes pelo contrário, o Município quer e vai continuar a ajudar a LEQUE sempre que necessário. --

### PERÍODO DA ORDEM DO DIA

#### 1. INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, DE ACORDO COM O N.º 2, ALÍNEA C), DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;

----- Para conhecimento, presente uma informação da Senhora Presidente da Câmara Municipal, datada de 16/09/2016, previamente distribuída a todos os Senhores Deputados, da qual vai ser anexada cópia à presente ata, dando-se assim, como aqui integralmente reproduzida. -----

----- Na ausência da Senhora Presidente da Câmara, usou da palavra o Senhor Vice-Presidente, Eduardo Tavares, começando por dizer tratar-se da informação que normalmente vem à Assembleia Municipal para conhecimento de toda a atividade do Município, desde a parte cultural, urbanismo, obras municipais e também fazer o ponto da situação financeira. Relativamente ao ponto da situação financeira, disse, apraz-lhe registar a evolução positiva que a Câmara tem vindo a fazer, nomeadamente, as contas estão completamente equilibradas, os prazos médios de pagamento continuam muito baixos, entre os quinze e os vinte dias há mais de um ano, não há pagamentos em atraso, está-se a reduzir o endividamento a médio e longo prazo, o que é positivo e é de registar, porque o Executivo quer alcançar os seus objetivos e lançar outras atividades e ter mais investimento. Para tal, referiu, é bom que as contas do Município evoluam favoravelmente em termos financeiros. -----

#### 2. PROPOSTA PARA FIXAR AS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS RESPEITANTES AO ANO DE 2016 A LIQUIDAR EM 2017;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, começou por referir que o Orçamento do Estado de 2016 contém uma alteração que baixou a taxa máxima do IMI de 0,5% para 0,45%, mantendo a possibilidade de os Municípios que estão com mecanismos de recuperação financeira, como é o caso do Município de Alfândega da Fé, com o FAM, de manter a taxa nos 0,5%. O Executivo, referiu, optou por não manter e baixar para 0,45%, por entender que a situação económica está a evoluir favoravelmente e sempre prometeu que quando fosse possível legalmente iria baixando gradualmente a taxa do IMI aos munícipes, e é isso que se pretende fazer em 2017. O Executivo podia e tinha justificação para o fazer, em manter a taxa em 0,5%, mas a proposta é baixar a taxa em 0,45%. Disse trazer também outras propostas na questão do IMI, que tem a ver com uma preocupação do Executivo no que respeita aos Centros Urbanos, quer na sede do Concelho, quer nas aldeias. Continuando, disse, todos sabem que há muita degradação nos centros urbanos, casas devolutas que põem em causa e em risco pessoas e bens e, para isso, como todos sabem, já foi aprovada na Assembleia uma ARU, no caso da vila, e dentro dessa ARU já foi feita uma intervenção junto à Torre do Relógio e vai ser feita uma nova intervenção em 2017 para continuar o trabalho desde a Torre do Relógio ao Adro da Igreja e descer as duas ruas

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

principais, com as devidas travessas, e fazer o encontro com a reabilitação que já foi feita na zona central da vila. Disse, depois, que tem sido registado com agrado, que alguns particulares têm feito também algumas melhorias nas suas habitações, pois sempre que há melhoria no espaço público os privados têm tendência a fazer algumas melhorias, pinturas, conservações. No entanto, referiu, há também quem não o faça e continua a haver casas muito degradadas, razão pela qual é apresentada uma proposta no sentido de aumentar em 30% (trinta por cento) o IMI de casas com um estado avançado de degradação, até porque a Câmara recebe muitas queixas de pessoas (vizinhos), que se queixam e com razão, de casas que estão muito degradadas e muitas delas propriedade de pessoas com posses, que vivem fora e não fazem a conservação das suas casas. Paralelamente é também apresentada uma proposta de redução do IMI também em 30% (trinta por cento) no caso de casas reabilitadas, como forma de premiar as pessoas que façam a reabilitação dessas casas e que essa reabilitação seja sujeita a uma reabilitação no serviço de Finanças. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra, começando por dizer que é uma boa notícia que a lei traz e o Executivo fez o que lhe competia, ou seja, não teimosamente manter os 0,5% e baixar para 0,45%. No entanto, disse, a notícia é boa mas poderia ser melhor, pois poderia estar-se a falar de 0,4%, porque embora o Executivo tenha herdado uma situação complicada, ao fim de sete anos seria expectável que esta baixa fosse ainda maior. No que respeita às propostas de majoração e minoração do IMI, disse serem boas medidas mas é preciso ter em atenção que há pessoas que não fazem a reabilitação das suas casas porque não podem, pelo que há que balizar estas questões, porque há casos que não fazem obras porque não querem e há outros que não fazem porque não podem. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que se legalmente fosse possível baixar a taxa de IMI para 0,4% o Executivo também o faria. No que respeita à questão suscitada pelo Senhor Deputado Luís Terêncio em relação ao aumento e redução da taxa do IMI, disse que o Executivo vai pensar num mecanismo de proteção para famílias carenciadas que queiram fazer a reabilitação das suas casas e não possam, porque nem toda a gente que tem casas degradadas, como referiu, são pessoas que estão fora e têm dinheiro, há também gente pobre, com poucos recursos, que não podem fazer a recuperação das casas, pelo que a Câmara irá atender essas situações e ter um mecanismo na área social que defenda essas pessoas. -----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto dois à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezoito votos a favor e oito abstenções dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, António Pacheco, Adriano Andrade, José Almendra, Jonathan Pacheco, Carlos Pousado e Pedro Morgado, o seguinte:-----

----- Aprovar a proposta para fixar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis respeitantes ao ano de 2016 a liquidar em 2017; -----

----- - Aprovar a majoração de 30% da taxa de IMI aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; -----

----- - Aprovar a minoração de 30% da taxa de IMI que vigorar para o ano a que respeita o imposto, nos termos do n.º6 do art.112-º do CIMI, a freguesias, objecto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, ficando está fixação sujeita a autorização por parte do FAM; -----

----- - Submeter ao FAM o pedido de autorização para fixar a minoração de 30% da taxa de IMI, prevista no ponto anterior, ao abrigo do estabelecido na al. d) do artigo 35.º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto; -----

----- - Que os serviços municipais competentes elaborem oportunamente listagens das situações previstas nesta Deliberação para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno (DUA e Gabinete de Proteção Civil). -----

### 3. TAXA MUNICIPAL DE DIREITO DE PASSAGEM (TMDP) – PROPOSTA DE PERCENTUAL A APLICAR EM 2017;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu que a Taxa a propor é de 0% (zero por cento), tal como tem acontecido nos anos anteriores. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto três à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis membros presentes, fixar em 0% (zero por cento) o valor da Taxa Municipal de Direito de Passagem (TMDP) a aplicar em 2017. -----

### 4. PROPOSTA PARA FIXAR A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS PARA 2016 E A COBRAR EM 2017;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu que os pontos 4 e 5 que são idênticos, há a obrigatoriedade de manter as taxas máximas, 5% (cinco por cento) no IRS e 1,5% (um e meio por cento) na Derrama, pois o Orçamento de Estado ainda não permitiu fazer um aligeiramento, pelo que têm que se manter pela condição do Município em termos de programa de ajustamento. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio começou por dizer que tal como no ponto referente ao IMI, o Senhor Vice-Presidente da Câmara referiu que se a lei permitisse baixava para 0,4% a participação do IRS, e a lei permitiu ao Executivo baixar em 0,05% a taxa de IMI e baixou. Continuando, disse, o que não permite baixar as taxas referidas nos pontos 4 e 5 é a gestão feita ao longo dos últimos sete anos. Quando a lei permite baixar o Executivo baixa, utilizando, e bem, a lei, referiu, pelo que o Executivo deve assumir que falhou em muitas medidas, dizendo, depois, que se tivesse votado neste Executivo sentir-se-ia defraudado, porque isto “mexe no bolso das pessoas”. A questão, disse, é que são sete anos de gestão deste Executivo e é essa gestão que não permite alterar estas taxas. -----

----- O Senhor Deputado Diamantino Mário Lopes interveio, dizendo que o tipo de intervenção feita pelo Deputado Luís Terêncio é ridícula, porque o resultado das propostas destas taxas não é o resultado destes sete anos, mas sim da gestão do seu tempo, é a gestão do tempo deles, é a gestão do grupo do “nem-nem”, disse, porque eles são o grupo do “nem-nem”, porque se não tivesse sido a gestão que eles fizeram, ou seja, em oito anos conseguiram colocar um défice na Câmara Municipal de Alfândega da Fé nunca antes visto e queriam que em sete anos fosse recuperado. Continuando, disse, que aquilo que o Senhor Deputado Luís Terêncio deveria comparar era a situação que o atual Executivo recebeu e qual é a situação atual. Piorou ou melhorou, perguntou. Se tivesse piorado, referiu, o Senhor Deputado Luis Terêncio teria toda a razão, mas se houve alguma melhoria não tem razão nenhuma, pelo que se devem deixar destas intervenções ridículas, porque estiveram cá sentados na “manjedoura do orçamento”, estiveram-se a “alimentar do orçamento”. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal pediu para que as intervenções não fossem assim tão acaloradas e que houvesse alguma contenção. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu que o Senhor Deputado Luís Terêncio continua há sete anos sem compreender, o que entende, dado que também passou oito anos sem compreender como é que a dívida municipal passou de três milhões de euros para vinte milhões e nunca referiu nada na Assembleia Municipal. Disse, também, não saber onde o Senhor Deputado estava quando no final de 2009 o Executivo nem sequer tinha dinheiro para pagar os vencimentos dos funcionários do Município, da empresa EDEAF, não se pagavam empréstimos e leasing nessa empresa, havia mais de um milhão de euros para negociar em atrasos de juros de mora, e, depois, ao fim de sete anos, numa gestão difícil, onde se conseguiu executar todo o dinheiro que o Município de Alfândega da Fé teve disponível no Quadro Comunitário anterior e não aumentou um cêntimo à dívida anterior, aliás, disse, está-se a diminuir a dívida. Disse, depois, se os Senhores Deputados se lembram que o prazo de pagamento esteve a mais de 900 dias, que na altura o Município, nos jornais, saía pelas piores razões e agora o que sai nos jornais é que o Município é o mais transparente (1º lugar), bons métodos de gestão autárquica, com a ISO 9001 atribuída ao Município e à sua gestão. Continuando, disse, quando uma gestão dá provas de eficácia e de grande responsabilidade, teve que lançar estes impostos por culpa da gestão do PSD/CDS-PP durante oito anos no Município de Alfândega da Fé. Continuando, referiu que logo que possível essas taxas vão descer para os valores mínimos ou para os valores aceitáveis para os municípios. Disse que o Executivo irá trabalhar afincadamente para que isso aconteça, tal como já está a acontecer no IMI e há-de acontecer no IRS e na Derrama, porque esta trajetória é para continuar. -----

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio disse querer deixar público que é lamentável a intervenção do Deputado Diamantino Mário Lopes e que este Senhor não é digno de estar nessa Assembleia, utilizar estes termos, pelo que considera que se deveria retratar perante todos o Deputados. -----

----- Disse, depois, que ouviu atentamente o Senhor Vice-Presidente da Câmara, e que inicialmente disse que a gestão/situação que o atual Executivo encontrou não era de todo agradável, mas a promessa do atual Executivo era que iria resolver o problema, o que não conseguiu ao fim de sete anos, pelo que gostaria de saber quanto tempo é preciso mais para resolver a situação. Disse, depois, que este Executivo quando entrou em funções tinha património que hoje não existe. O Senhor Vice-Presidente da Câmara lembrou que na altura não havia dinheiro para pagar os vencimentos aos funcionários, juros de mora, etc. -----

----- Não havendo mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto quatro à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e seis Deputados presentes, com dezassete votos a favor, duas abstenções, dos senhores Deputados Jonathan Pacheco e Paulo Jorge Pereira, e sete votos contra, dos Senhores Deputados, Luís Terêncio, Susana Guerra, António Pacheco, José Almendra, Pedro Morgado, Adriano Andrade e Carlos Pousado, aprovar fixar em 5% (cinco por cento) a percentagem de IRS pretendida pelo Município a aplicar em 2017. -----

### 5. PROPOSTA PARA FIXAR TAXA DE DERRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E A COBRAR EM 2017;

----- Relativamente a este assunto, usou da palavra o Senhor Deputado Luís Terêncio, perguntando ao Senhor Vice-Presidente da Câmara qual é o valor de receita para o Município no que respeita a este imposto, tendo o Senhor Vice-Presidente respondido que o valor anual varia um pouco e que andarás entre os sessenta e os oitenta mil euros. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto cinco à votação, tendo sido deliberado, por **maioria**, dos vinte e cinco Deputados presentes, com dezassete votos, duas abstenções, dos Senhores Deputados Jonathan Pacheco e Paulo Jorge Pereira, e seis votos contra dos Senhores Deputados Luís Terêncio, Susana Guerra, António Pacheco, Adriano Andrade, José Almendra e Carlos Pousado, aprovar a proposta da Câmara Municipal, fixando em 1,5% a percentagem de derrama pretendida pelo Município referente ao ano de 2016 a cobrar em 2017. -----

----- Não participou na votação deste assunto o Senhor Deputado, Pedro Miguel Camelo Morgado, por se encontrar ausente no momento da votação. -----

### 6. REVISÃO ORÇAMENTAL PARA INCLUSÃO DO PROJETO PARU – REABILITAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO;

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu que brevemente o Executivo vai fazer uma candidatura para continuar o trabalho na reabilitação urbana, tendo já o Município dinheiro cativo no Quadro Comunitário para fazer este trabalho, mas como tem que se ter alguma maturidade para se poder avançar com o procedimento, tem que se inscrever esta rubrica ainda no PPI de 2016. A rubrica, disse, é criada apenas com um euro, passando toda a execução financeira para 2017. Disse que é uma obra para fazer em 2017 e que é para fazer o encontro desde a Torre do Relógio até à Zona Centro da Vila. -----

----- O Senhor Deputado Luís Terêncio usou da palavra dizendo que a bancada a que pertence irá votar favoravelmente a este investimento. Perguntou, depois, se já existe projeto e se é possível enviar algum esboço do mesmo para poderem analisar. O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, respondeu que é possível enviar o esboço pedido e que apenas se estão a ultimar alguns pormenores na zona do adro da Igreja, e que a tipologia do investimento vai ser idêntica à intervenção feita na Torre do Relógio. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto seis à votação tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, aprovar a revisão orçamental referida em epígrafe. -----

### 7. COMPROMISSOS PLURIANUAIS DOS ENCARGOS COM TRANSPORTES ESCOLARES E REFEIÇÕES ESCOLARES;

S.



R.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALFÂNDEGA DA FÉ

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, referiu que é normal todos os anos, ou seja, como é um investimento que ultrapassa o ano civil, tem que ser pedida autorização à Assembleia Municipal para assumir esses compromissos. -----

----- Não se registando mais inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto sete à votação tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, autorizar a assunção dos referidos compromissos em epígrafe. -----

### 8. **CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS A CELEBRAR ENTRE A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DAS TERRAS DE TRÁS-OS-MONTES E O MUNICÍPIO DE ALFÂNDEGA DA FÉ;**

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Eduardo Tavares, usou da palavra começando por referir que a lei n.º 52/2015 estabelece que os municípios são as autoridades competentes na questão relacionada com os transportes públicos e também estabelece que os municípios podem efetivamente delegar essas competências nas comunidades intermunicipais. Os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes decidiram por unanimidade delegar essas competências na CIM, para que assim possa haver uma melhor articulação entre todos os Municípios relativamente ao estabelecimento destas carreiras e destes transportes públicos que muitas das vezes são interconcelhios e será a CIM a fazer toda essa articulação, toda essa logística, com a participação dos Municípios, e isso será feito de uma forma integrada e inclusiva.-----

----- Não se registando inscrições para intervir, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal colocou o ponto oito à votação, tendo sido deliberado, por **unanimidade**, dos vinte e seis Deputados presentes, aprovar a minuta do Contrato Interadministrativo supra mencionado.-----

### 9. **TRANSFORMAÇÃO DA ALFANDEGATUR EM SOCIEDADE POR QUOTAS – RATIFICAÇÃO;**

----- Este assunto foi retirado por não estar presente o contrato de alienação de 65% do capital social da Alfandegatur à empresa Morais & Filhos, Lda., surgindo alguma dúvida quanto à legalidade dessa alienação ser feita sem concurso público. -----

### **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

----- Não houve intervenções. -----

----- Foram aprovados, em minuta, todos os pontos da ordem de trabalhos, que vão produzir efeito desde imediato. -----

----- A ata em minuta foi aprovada por **unanimidade**. -----

----- E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão pelas treze horas, da qual se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

\_\_\_\_\_  
(Nuno Maria Abreu Pinheiro Miranda)

O Primeiro Secretário

\_\_\_\_\_  
(Maria Teresa Lavandeira de Araújo Pimenta Paçó)

O Segundo Secretário

\_\_\_\_\_  
(Domitila de Fátima Morais Branco)